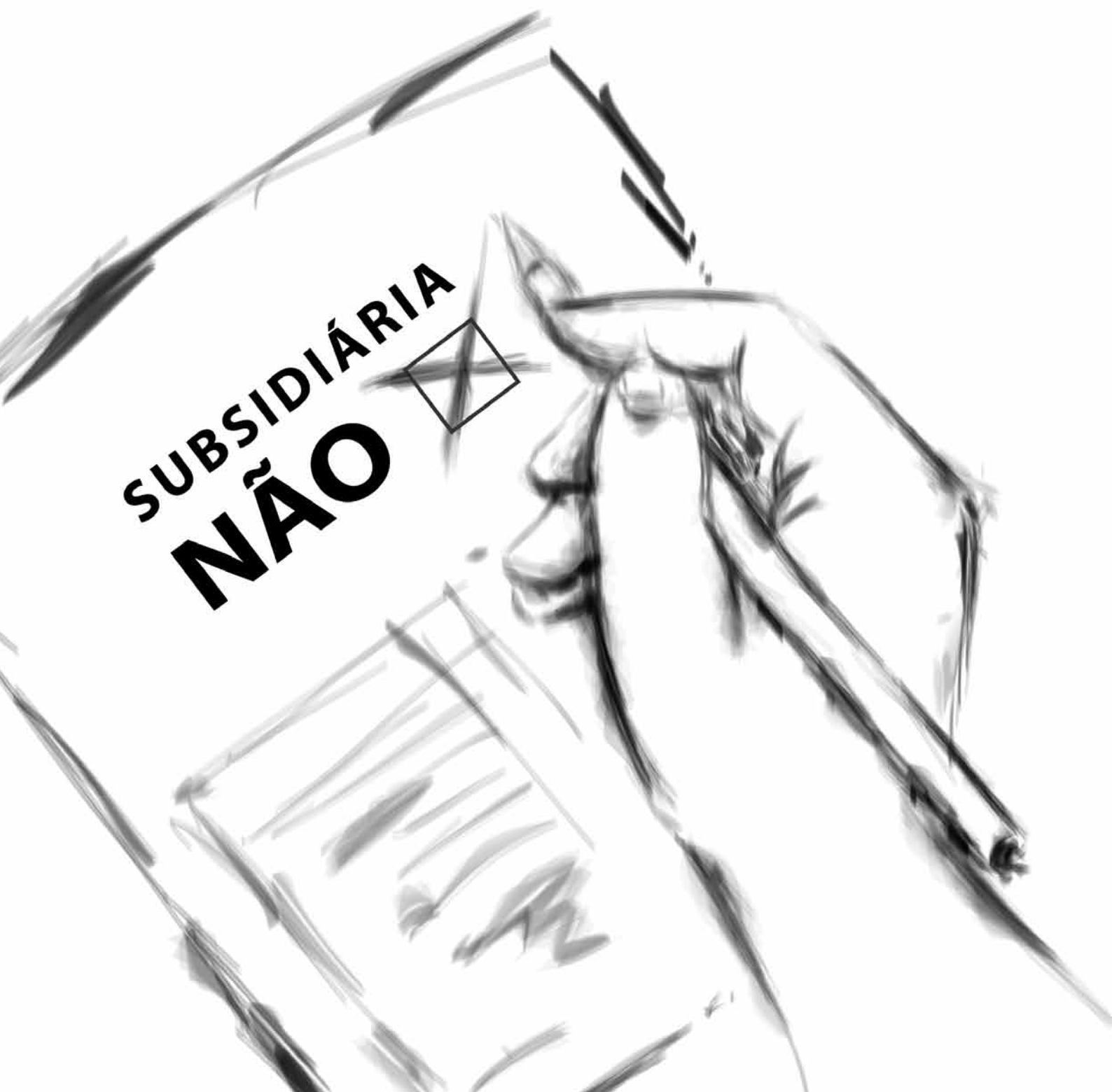




JÁ PASSOU DA HORA:

**VAMOS !
VOTAR !**



ALGUNS ARGUMENTOS PARA A NÃO CRIAÇÃO DA SUBSIDIÁRIA

- 1 Continuaríamos submetidos ao regime de compras pela Lei 8666 e aos mesmos órgãos de controle (CGU e TCU);
- 2 Pagariamos tributos e impostos, aumentando o custo da produção;
- 3 Obtendo financiamento fora da seguridade social, legitimariamos a política econômica de mercado do atual governo, nos submetendo à lógica de financeirização da produção;
- 4 Reforçaríamos desta forma a mudança de foco da Instituição, colocando a saúde em patamar secundário e trazendo o crescimento econômico para o principal, alterando a concepção de saúde que construímos desde a reforma sanitária;
- 5 A criação da subsidiária aprofundaria as dificuldades na gestão do trabalho, pois não acaba com as terceirizações e ainda cria outros planos de carreira para a Instituição – os trabalhadores da empresa subsidiária não participariam unificadamente dos movimentos de valorização de sua carreira com os demais da Fiocruz, pois teriam regimes jurídicos de trabalho e negociação independentes e em momentos diferentes;
- 6 Iríamos ferir a integralidade institucional.

ALGUMAS PROPOSTAS PARA ENFRENTARMOS AS CONTRADIÇÕES E DIFICULDADES DA GESTÃO NA FIOCRUZ

- 1 Fortalecimento do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, com recuperação dos princípios que norteiam sua criação e Valorização remuneratória;
- 2 Autorização de ampliação do número de vagas por concursos, focando nas áreas com maior percentual de terceirizações (por exemplo, a área de produção), visando a drástica redução do altíssimo número de terceirizados em função de cargo, além de equiparação ao regime adotado pelas universidades para autorização automática após a vacância do cargo;
- 3 Qualificação do processo de programação e orçamentação;
- 4 Atuação na aprovação do PL 2177/11 sobre o Código de C&T&I, de interesse de todas as instituições de C&T, lutando para incorporar nessa proposta as peculiaridades necessárias ao setor de produção. O CCTI introduz a flexibilização na Lei de Licitações (8.666/93) e nas importações de materiais de pesquisa, etc. (Proposta já elaborada pela Asfoc desde 2010);
- 5 Pleitear regime próprio de compras para a Fiocruz, no âmbito da própria Fundação Autárquica;
- 6 Enfrentar o debate sobre a ampliação da dependência deletéria em relação à Fiotec e o desvirtuamento de seus objetivos e prioridades, ferindo as cláusulas pétreas da Fiocruz. Ampliação da regulação e publicização dos resultados e processos;
- 7 Abrir a discussão em relação ao destino que deverá ser dado ao Fioprev;
- 8 Atuar intensamente na articulação com outras instituições da área de saúde e de ciência e tecnologia e na construção de um amplo arco de alianças estratégicas, com o intuito de buscar conjuntamente alterações na legislação vigente: flexibilizações na gestão e plurianualidade através da regulamentação “Contratos de Autonomia” (§ 8º do artigo 37 da Constituição Federal); luta coletiva contra o sub-financiamento da Saúde e das políticas públicas, e pelo incremento do orçamento das agências públicas de fomento a pesquisas; alterações da Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito a contratação de profissionais para Saúde e C&T assim como foi positivamente flexibilizado para a educação; mudanças da Lei de Desvinculação de Receitas da União (DRU) que subtrai recursos da Saúde e outras áreas vitais etc;
- 9 Submissão para apreciação e deliberação no CD das unidades e CD Fiocruz de todas as parcerias público-privadas;
- 10 Aprimorar os mecanismos de controle e captação acessória/complementar de recursos para a Fiocruz, garantindo sua vinculação aos planos estratégicos da Fiocruz e unidades (PLP e PQs), e criação de novos instrumentos para controle e avaliação dos projetos da Fiocruz;
- 11 Elaboração de Plano Diretor da Fiocruz, incluindo as dimensões de ocupação, reordenamento espacial e expansão dos Campi (existentes e novos), acessibilidade, segurança, saneamento, interação física e urbanística com os territórios e entornos, integração social e democratização do acesso.

POR QUE NÃO ACREDITAMOS EM ACORDO COM O EXECUTIVO PARA ANALISAR O PROJETO DE LEI EM PLENARIA FUTURA? A REALIDADE MOSTRA QUE O EXECUTIVO NÃO TEM RESPEITADO NEM A PRÓPRIA FIOCRUZ, COM ALGUNS EXEMPLOS:

- 1 Não cumprimento do acordo assinado entre Governo, Presidência da Fiocruz e ASFOC de 2011 (PL 2203);
- 2 DESCONSTRUÇÃO DO PLANO FIOCRUZ PELA LEI 11.355 – PERDA DOS PERCENTUAIS DE TITULAÇÃO;
- 3 MUDANÇA NA CONCESSÃO DA INSALUBRIDADE UNILATERALMENTE;
- 4 APROVAÇÃO DA Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) – reprovada pela Conferência Nacional de Saúde e pelas comunidades acadêmicas;
- 5 Retirada dos 10% da contribuição da União na votação da Emenda Constitucional 29, contrariando compromisso do Ministro da Saúde com decisão unânime da 14ª Conferência Nacional de Saúde, penalizando todo o SUS;
- 6 FUNPRESP APROVADO EM 2 COMISSÕES E NA PLENARIA DO SENADO NUM ÚNICO DIA, SANCIONADO PELA PRESIDÊNCIA 15 DIAS DEPOIS DA APROVAÇÃO E CONVERTIDO NA LEI 12.618 EM 30/04/12.

POR QUE DECIDIR AGORA

2009 • início dos debates, após eleição do Presidente

2010 • 1ª Proposta, seguida de 6 versões

2010 • Plenária Ordinária, que ao final indicou estudos e aprofundamento com Plenária extraordinária em 2011

2011 • não houve aprofundamento e a plenária foi adiada para este ano

2012 • discussões, debates e mobilização. **PLENÁRIA E DECISÃO!**

A Presidência, às vésperas da Plenária, está tentando improvisar uma modificação na proposta: em vez da comunidade decidir se concorda ou não com a mudança de modelo jurídico, eles querem que autorizemos estudos e modelagens e a constituição de um PL a ser submetido posteriormente em nova plenária.

Entendemos que, depois de quase quatro anos de debates e estudos, mesmo com a ampla assimetria na detenção de informações, nossa comunidade já tem condições de deliberar de forma madura, tecnicamente segura e politicamente bem alicerçada, sobre a criação ou não de uma empresa pública de direito privado dentro da Fundação, agora apresentada como uma subsidiária à Fiocruz.

Além do mais, há exatos 18 meses, relembremos que foi exatamente isso que a plenária de 2010 deliberou: “O VI Congresso Interno da Fiocruz decidiu aprofundar e qualificar o debate sobre o modelo jurídico institucional mediante realização de plenária extraordinária específica

sobre o tema para estudar: a viabilidade técnica, política e econômica de manutenção da Fiocruz como fundação pública autárquica; a busca de melhorias incrementais; e a possibilidade de constituição de subsidiárias controladas e internas à Fiocruz, de capital integral da instituição, voltadas para as áreas de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos estratégicos para a saúde” (relatório Final da plenária do VI Congresso Interno).

Ainda, e por óbvio, a comunidade nunca aprovou ou aprovaria uma “carta em branco”, sendo claro para todos que, caso a proposta de subsidiária viesse a ser aprovada, deveriam ser constituídos dispositivos para controle do coletivo acerca do aprovado. Mas ressalta-se, isso vale para quaisquer deliberações: mesmo a atuação pela aprovação e implementação das melhorias incrementais e jurídicas exige a mobilização de meios políticos e técnicos de toda a comunidade e a utilização da tão propagada capacidade política da direção da Fundação junto ao governo.

3 ANOS DE DISCUSSÕES

Ao longo dos últimos 3 anos e meio, os trabalhadores da Fiocruz vêm discutindo sobre a Fiocruz que queremos. Desde seu início em 2009, foram apresentados diversos documentos oficiais pela Comissão Organizadora do Congresso Interno, bem como outras produções, da presidência, das unidades, da ASFOC.

Diversos seminários foram realizados, contando com debates riquíssimos e convidados qualificados, patrocinados ora pela Comissão organizadora, ora por Unidades, ora pela ASFOC. As unidades debateram intensamente as propostas, em grupos de trabalho e assembleias. A ASFOC realizou assembleias e reuniões nas unidades e grupões (reuniões ampliadas de diretoria).

Tudo isso enaltece ainda mais o modelo participativo da Fiocruz, onde o debate é valorizado, a construção é coletiva, e a diversidade de opiniões e visões de mundo é riqueza e a força motriz desta instituição. Os processos congressuais na Fiocruz sempre foram marcados por essa tradição democrática e histórica, que se refletiu em grandes avanços institucionais registrados nas últimas décadas.

Chegamos assim à Plenária extraordinária do VI Congresso Interno, tendo já deliberado em 2010 sobre os rumos da Fiocruz para os pró-

ximos 12 anos (PLP) e seus (macro)projetos para o próximo quadriênio (PQ 2011-2014), afirmando seu projeto republicano: a Fundação Oswaldo Cruz como Instituição Pública Estratégica de Estado para a Saúde. Como mandato da última plenária, cabe agora à comunidade avaliar as condições de como consolidamos essa posição.

Infelizmente o debate foi esvaziado em seu trajeto. Em vez de olharmos de forma integral as condições para que todas as unidades consigam ou não atingir seus resultados em prol da missão da Fiocruz, a direção da Fundação optou por focar a discussão nas questões “entranças”, “esgotamentos” de sua área de produção, abrindo mão do debate crítico das contradições do atual sistema de gestão da Fiocruz. Em várias oportunidades, a ASFOC apontava a assimetria de informações, a exemplo dos estudos desenvolvidos pela FGV para Biomanguinhos não disponibilizados para a comunidade e da necessidade de discutir os impactos da proposta de subsidiária para as demais Unidades. A proposta atual é a mesma que vem sendo rejeitada pela comunidade desde 2009, de mudança de seu modelo jurídico. Naquele momento a proposta era de empresa estatal especial para toda a Fiocruz e a rejeitamos com base em todas as suas fragilidades, pois, segundo nossa análise,

não assegurava condições de conseguir superar as dificuldades diagnosticadas. Na iminência do Congresso Interno, diversas cartas/posicionamentos das Unidades expressam a insatisfação quanto ao processo de debate, os subsídios necessários e a devida análise crítica, o que indica a extemporaneidade da decisão pela subsidiária, mesmo para aqueles que a defendem.

Acreditamos fortemente que a proposta de subsidiária pode até acentuar tais fragilidades, criando outros problemas que colocariam em risco a plenitude da gestão democrática participativa, a integralidade institucional e a unicidade do plano de carreiras, valores tão propalados como ideal para a governabilidade da instituição e para os trabalhadores.

Concordamos que devemos melhorar uma série de questões. É necessário buscar as flexibilidades que identificamos como possíveis melhorias – contratos de gestão, orçamento plurianual, regulamento próprio de compras, dentre outros –, mas sempre no âmbito do que já vem sendo conquistado e negociado para outros Institutos Públicos de Pesquisa, Universidades e demais entidades públicas.

Dois argumentos centrais balizam nossa posição. O primeiro se refere ao fato de que vários dos elementos apresentados como entraves

são inerentes a quem lida com recursos públicos. Por isso entendemos serem legítimos e necessários tais controles que visam regular a utilização desses recursos e prestar contas à sociedade por meio de mecanismos legais existentes, sob gestão dos órgãos de controle.

Diante disso, nosso segundo argumento diz respeito ao fato de que a criação de figura jurídica de direito privado não dará conta de mudar tal situação. Não faltam exemplos de empresas públicas que seguem sem conseguir superar uma série de dificuldades (ver caixa ao lado).

Seguimos afirmando também que boa parte dos problemas até aqui discutidos dizem respeito não ao modelo jurídico, mas sim à gestão institucional. Dentre outras questões, precisamos aprofundar nossa capacidade de planejamento e acompanhamento, e assim, aumentarmos nossa capacidade de cumprir as metas propostas, o que eventualmente não tem acontecido – impactando no nosso compromisso com a sociedade, além de ter influência negativa na nossa gratificação de desempenho, por exemplo. A implementação do Plano Diretor de Obras e de Investimentos, já deliberado em outros Congressos e que não tivemos concretizado até hoje, é outro exemplo de que avançar nos problemas de gestão pode trazer maior racionalidade na utilização dos recursos institucionais.

É neste contexto que o sindicato reafirma seu compromisso de atuar na nova Plenária do VI Congresso Interno pela viabilização do projeto institucional global da Fiocruz, incluindo as especificidades da sua área de produção, e pela defesa das cláusulas pétreas da Fiocruz, e para tal defendemos para a Fundação a manutenção e o aperfeiçoamento do atual modelo jurídico, buscando junto ao governo e de forma articulada com outras Instituições públicas os avanços que desejamos. Somos contrários a criação de empresa subsidiária, ou qual outro nome venha a ser dado. Fruto de acúmulo de estudos e debates com a base de trabalhadores, essa nossa posição é refletida em proposições concretas e alternativas às que são postas pela direção da Fiocruz, expressas em nossos documentos elaborados desde 2010 e nas contribuições que enviamos ao Documento de Teses a ser apreciado na Plenária extraordinária.

Neste momento, é crucial também que os delegados discutam uma maior responsabiliza-

Algumas Empresas públicas brasileiras dentro da atual reforma de estado liberalizante



BNDES • modificação do Estatuto do BNDES em 2011 para utilizar recursos captados no mercado externo para a realização de projetos e investimentos no exterior através de empresas (ao mesmo tempo que não faz movimentos para alterar seu estatuto para financiar produção em autarquias)



Infraero • concessão de aeroportos para a iniciativa privada



Embrapa • pende entre duas alternativas: se tornar uma sociedade de economia mista com ações no mercado, e se tornar uma fundação autárquica como nós.



Finep • transformação da financiadora de projetos em banco



Caixa Econômica Federal • venda do controle da Caixa Seguros, seguradora e subsidiária da CEF, para a estatal francesa CNP Assurances

ção institucional sobre o que é aprovado nos congressos internos. Propomos e defendemos que se constitua Comitê Técnico-político da Atualização do Projeto Institucional da Fiocruz, responsável pelo acompanhamento e prestação de contas sobre todas as deliberações. É preciso dar ainda maior credibilidade a essa importante instância deliberativa do nosso modelo democrático e se ampliar a transparência sobre a implantação dessas deliberações.

No curso do debate se desvelam soluções que não atendem à especificidade da Fiocruz, exigindo espírito crítico dos trabalhadores no processo congressual, e uma chamada à luta constante por mudanças mais estruturais na sociedade. A luta política por uma sociedade mais justa inclui a luta por instituições mais emancipadas e atinentes ao seu papel social. Isso necessariamente implica em militar pela busca de novos marcos regulatórios gerais para a administração pública, que contribuam não para uma ou outra, mas para o conjunto das instituições públicas e estratégicas do Estado, buscando alterações nas legislações e normativas vigentes, e melhorias constantes nos processos internos que possam tornar a gestão dessas organizações mais efetivas e garantidoras da proteção social e do desenvolvimento do país. É bom voltar os “olhos para o futuro”, como propõe documento da Presidência. Porém, sem a ingenuidade de ter os joelhos curvados diante do mercado.

Isso implica no fortalecimento do Regimento Jurídico Único e do Plano Próprio da Fiocruz - conquistado a partir da união de todos na Fio-

cruz - pelo entendimento de que é através de um corpo de servidores públicos forte e qualificado que se poderá defender e executar políticas de Estado, e não ao sabor dos governos que se alternam. E somente com estabilidade de vínculo que se garante a materialização da defesa intransigente do interesse público.

O posicionamento da ASFOC é político e positivo, diante de um complexo contexto atual de adversidades, de ampliação da mercantilização da vida e do cotidiano, e de cassação de direitos sociais e trabalhistas (vide a atual aprovação do FUNPRESP). A ASFOC defende os direitos da classe trabalhadora em geral e dos servidores da Fiocruz em específico, dos estudantes e pessoas que fazem parte da Comunidade Fiocruz, e daqueles que sofrem por não terem o direito a saúde na sociedade em geral. Ou seja, nossa atuação reflete, ao mesmo tempo que enfatiza, o compromisso social em defesa de uma Fiocruz Pública, Estratégica e realmente democrática, efetivamente articulada com a luta pelo fortalecimento do SUS. Lutamos pela ampliação do financiamento da saúde e das políticas públicas, entendendo inclusive que o subfinanciamento crônico tem sido a principal forma de privatização, já que quase metade do orçamento da união tem sido utilizado para pagamento de serviços da dívida e repasse de recursos públicos para instituições financeiras. Lutamos contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores, e pela atuação conjunta com demais movimentos populares e de trabalhadores na construção de uma sociedade mais justa.

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO • Show com banda Música Urbana
Nesta quarta, 9/5 a partir das 17h na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio